

23 de janeiro de 2020

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem

SIMEXMIN 2020



REFERÊNCIA EM PROSPECÇÃO MINERAL

DE 17 A 20 DE MAIO DE 2020
OURO PRETO
MINAS GERAIS, BRASIL



<http://www.adimb.org.br/simexmin2020/>

AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO EM ÁREAS DE RESERVA SEM VETO DE INDÍGENAS PODE ESBARRAR EM TRATADO

Convenção da Organização Internacional de Trabalho prevê consulta a comunidades afetadas antes de uso de recursos

A autorização à exploração em terras indígenas sem que os povos locais tenham direito a veto — como propõe um projeto de lei do governo Bolsonaro ainda em finalização — pode esbarrar na Convenção 169 da Organização Internacional de Trabalho (OIT), alertam especialistas.

A convenção prevê que, “antes de se empreender ou autorizar qualquer programa de prospecção ou exploração dos recursos existentes nas suas terras”, os governos devem consultar as comunidades afetadas “a fim de se determinar se os interesses desses povos seriam prejudicados, e em que medida”.

A convenção trata dos Direitos Humanos e as normas relacionadas a isso tem status supralegal, estão acima das leis. Ou seja, qualquer projeto passa por um controle tanto da Constituição quanto dos tratados internacionais sobre os Direitos Humanos — diz a advogada Juliana Batista, do Instituto Socioambiental (ISA).

A Carta de 1988 não especifica direito a vetos por parte das comunidades indígenas, mas estabelece que elas devem ser consultadas antes de ter seus territórios explorados. No entanto, a advogada pondera que a constitucionalidade do projeto só poderá ser decretada após sua publicação:

A própria Constituição prevê a regulamentação (da exploração em terras indígenas). Agora, como essa regulamentação vai ser é que vai suscitar o debate de sua constitucionalidade. É preciso que haja um processo de oitiva das comunidade indígenas. Uma das propostas do projeto é que, apesar de perderem o poder de veto, os indígenas seriam recompensados financeiramente. O ponto, porém, já era previsto pela própria Constituição, que assegura a participação nos resultados da lavra.

Fonte: O Globo

Autora: Camila Zarur

Data: 11/01/2020



MME MANIFESTA INTERESSE EM PARTICIPAR DE CONSELHO DO SISTEMA OPERACIONAL DA AMAZÔNIA

A Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (SGM/MME) se reuniu nessa quinta-feira, 16, com representantes do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) para formalizar a intenção de ingressar no Conselho do Sistema Operacional da Amazônia.

O encontro foi realizado com o objetivo de construir uma cooperação técnica para a troca de experiências em tecnologias e para desenvolver um sistema para o monitoramento de barragens, com a participação de técnicos da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM/SGB) e da Agência Nacional de Mineração (ANM).

O Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, Alexandre Vidigal, falou da importância de realizar uma parceria entre o MME e o Censipam, para monitorar atividades críticas como a estabilidade e segurança de barragens, entre outros.

“É um trabalho conjunto importante a ser realizado, para evitarmos tragédias como as de Mariana e Brumadinho”, disse Vidigal, acrescentando que “o Brasil tem desenvolvido muitas e avançadas tecnologias por seus órgãos públicos, mas que, muitas vezes, se isolam em ilhas de excelência. O País tem que mudar essa realidade, afastando esses isolamentos e transformando-se em um continente de excelência tecnológica”.

Na reunião, o diretor-geral do Censipam, José Hugo Volkmer, informou que no próximo dia 20, iniciará a detecção das imagens das barragens para cadastramento e monitoramento via satélite. Volkmer explicou que será realizado um trabalho conjunto e que há a necessidade de desenvolver uma ferramenta específica para a realização do monitoramento de barragens.

O Censipam foi criado para integrar informações e gerar conhecimento atualizado para articulação, planejamento e coordenação de ações globais de governo na Amazônia Legal brasileira, visando à proteção, à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável da região.

Além do Secretário Alexandre Vidigal, participaram da reunião a secretária-adjunta da SGM, Lilia Sant’Agostino e o diretor de Transformação e Tecnologia Mineral da SGM, Enir Mendes e os representantes do Censipam José Hugo Volkmer, diretor-geral, Rafael Costa – diretor técnico e a assessora Edileuza Melo.

Fonte: Ministério de Minas e Energia

Data: 17/01/2020



VALE SUSPENDE OPERAÇÃO DE MINA DA FERROUS

Falta de estabilidade da pilha de rejeito foi o motivo para a parada da mina Esperança, em Brumadinho (MG)

A Vale suspendeu a operação da Mina Esperança, em Brumadinho (Minas Gerais), que era da Ferrous, por falta de estabilidade da pilha de estéril e rejeito. A unidade está parada desde novembro, apurou o Valor.

Em nota, a Vale informou que as obras para elevação da segurança da pilha estão em andamento. “A Vale tomou a decisão de paralisar as operações da pilha de estéril e rejeito da Mina Esperança logo após assumir o controle do grupo Ferrous. Atualmente, a circulação de empregados na unidade foi reduzida e está restrita àqueles envolvidos nestas obras.”

A expectativa é que os funcionários retornem à mina somente em dezembro deste ano, apurou o Valor. Haverá uma reunião com o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Extrativista de Ferro e Metais Básico (Metalbase), unidade Brumadinho, no início de fevereiro para informar quais as medidas que devem ser tomadas para preservar os empregos dos cerca de 100 funcionários da unidade, apurou o Valor.

A previsão da Vale é que as obras terminem no segundo semestre de 2020 e com isso, a operação da mina seja retomada. Essa unidade produz por ano cerca de 1 milhão de tonelada.

A Vale comprou o grupo Ferrous no início de agosto por US\$ 550 milhões. Em comunicado enviado ao mercado na época, a companhia informou que com a aquisição da Ferrous aumentaria em 4 milhões de toneladas por ano a produção de produtos finos de minério de ferro a custos competitivos.

“A conclusão dessa aquisição está alinhada com a estratégia da Vale de maximização do ‘flight-to-quality’ no negócio de minério de ferro”, destacou a Vale em comunicado na época.

A mina Esperança está localizada próxima à mina Córrego do Feijão, cuja barragem de rejeito se rompeu em 25 de janeiro do ano passado, um desastre que deixou quase 300 mortos.

Fonte: Valor Econômico

Autora: Ana Paula Machado

Data: 16/01/2020



JUSTIÇA SUSPENDE LICENCIAMENTO DE PROJETO DE MINERAÇÃO DE CHINESES EM MG; EMPRESA RECORRERÁ

Uma decisão judicial liminar suspendeu a tramitação de processos de licenciamento ambiental para um projeto de mineração no Brasil da Sul Americana de Metais (SAM), subsidiária da chinesa Honbridge Holdings.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais afirmou em nota à imprensa nesta segunda-feira que a decisão da Justiça Federal de Montes Claros atendeu ação de procuradores contra empreendimento conhecido como Bloco 8, que envolve uma mina e um mineroduto.

O MP-MG e o Ministério Público Federal questionaram o fracionamento dos procedimentos de licenciamento, atribuídos ao Estado de Minas Gerais, para a mina, e ao órgão federal Ibama, no caso de um mineroduto associado.

A SAM, e sua parceira na iniciativa, a Lotus Brasil Comércio e Logística, criada em conjunto com a Lotus Fortune Holding, preveem produção anual de 30 milhões de toneladas de minério de ferro no projeto (com teor de 20%). O empreendimento, no norte de Minas, contará com duas barragens de rejeitos --a maior delas com capacidade para 845 milhões de metros cúbicos. Ele também inclui um mineroduto de 480 quilômetros até o porto de Ilhéus (BA).

Na decisão judicial, o juiz responsável pelo caso apontou entender que o licenciamento não deveria ser fragmentado, mas ressaltou que não iria analisar o mérito dos processos de análise pelos órgãos ambientais. Ao conceder a liminar, acatando parcialmente os pedidos dos procuradores, ele afirmou que a suspensão é válida até decisão final sobre a ação judicial e determinou que as partes envolvidas sejam intimadas para uma audiência preliminar de conciliação.

Procurada, a SAM disse que ainda não foi notificada oficialmente, mas destacou que "adotará as medidas necessárias para dar continuidade ao licenciamento" e defendeu que "o processo está dentro da legalidade e obedece às normas e legislação vigente". "Essa decisão está restrita à discussão de competência administrativa do licenciamento, ou seja, a qual órgão vai licenciar o empreendimento. Não discute a viabilidade do projeto", acrescentou a empresa, em nota.

Fonte: UOL

Autor: Gabriel Araújo

Data: 20/01/2020

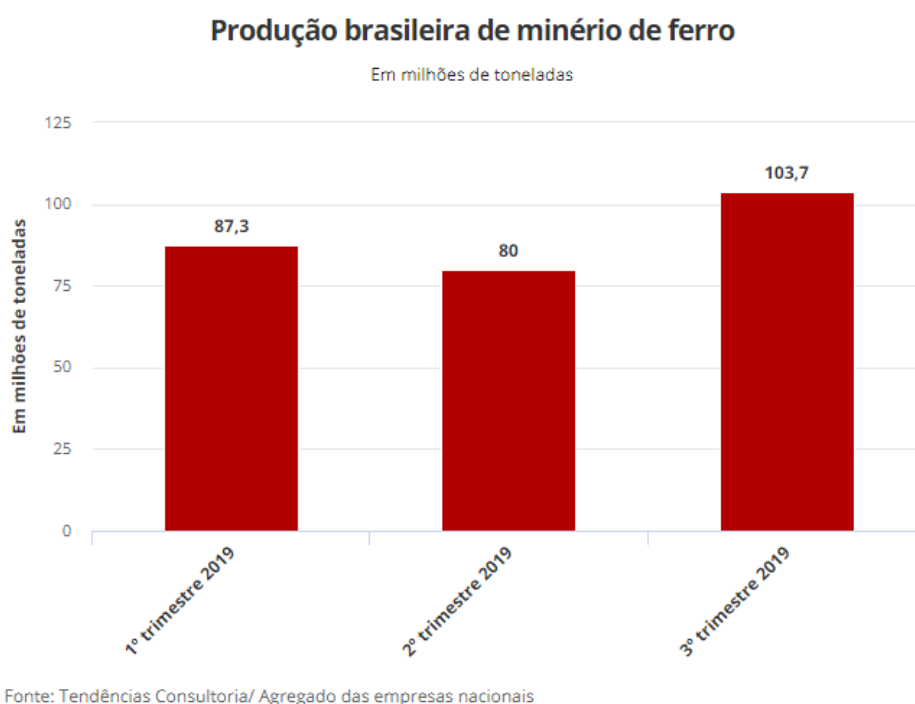


BRASIL RETOMA PRODUÇÃO E DEVE EXPORTAR MAIS MINÉRIO DE FERRO ESTE ANO, MAS COM ARRECADAÇÃO MENOR

Queda da demanda global e aumento da oferta devem derrubar preço da commodity em 12,6% neste ano, diz projeção da Tendências Consultoria.

Brumadinho, que completa um ano esta semana, a produção de minério de ferro do Brasil volta a se aproximar dos níveis de antes da tragédia.

No segundo trimestre do ano passado, com a paralisação das unidades da Vale, a produção foi de 80 milhões de toneladas de minério de ferro, queda de aproximadamente 30% sobre o mesmo período do ano anterior. Já de agosto a setembro, a produção foi de 103,7 toneladas – uma queda menos acentuada, de 10%, na mesma comparação.



A Vale, cuja produção foi parcialmente interrompida à época, espera retomar a produção remanescente de cerca de 42 milhões de toneladas até o final de 2021, após a retomada parcial das operações de Brucutu, o retorno das operações de processamento a seco no Complexo de Vargem Grande e da produção na mina Alegria.

Unidades produtivas da Vale paralisadas após Brumadinho

- 9 unidades no complexo Vargem Grande
- Parte das Unidades de Paraobepa
- Mina da Alegria
- Timbopeba
- Mina de Brucutu

Unidades produtivas da Vale retomadas após Brumadinho

- Mina Brucutu (1º de junho)
- Complexo Vargem Grande (19 de julho – retomada parcial do processamento a seco)
- Mina Alegria (19 de novembro)

Exportação maior, preço menor

Com a retomada da produção, a perspectiva para 2020 é que o Brasil venda 11,1% a mais em toneladas na comparação com o ano passado, segundo projeção feita pela consultoria Tendências. Mas a alta da produção brasileira de minério de ferro tende a impactar negativamente os preços da commodity no biênio 2020-2021.

A expectativa é que a produção nas minas da região Norte do país, especialmente no Pará, continuem crescendo. O preço do minério de ferro, segundo a consultoria, deve sofrer uma queda de 12,6% ante 2019, ficando em cerca de US\$ 79 o preço médio pela tonelada. Com isso, apesar do aumento no volume exportado, a receita arrecadada deve ser 1,9% inferior a de 2019 devido à queda do preço do minério de ferro no mercado global.

Fonte: G1

Autora: Viviane Sousa

Data: 20/01/2020



MINÉRIO DE FERRO

Exportações alcançam 275 milhões t

Segundo dados do Sindicato Nacional da Indústria da Extração do Ferro e Metais Básicos (Sinferbase), as exportações de minério de ferro em novembro de 2019 somaram 25,557 milhões de toneladas, um declínio sobre os 30,304 milhões de toneladas do mesmo mês de 2018.

Na comparação anual do acumulado até novembro, as exportações caíram de 321.3 milhões de toneladas, em 2018, para 275.7 milhões de toneladas entre janeiro e novembro de 2019. As exportações de minério da Vale e suas coligadas somaram 23,293 milhões de toneladas em novembro de 2019. Na comparação do acumulado dos onze primeiros meses, Vale e coligadas passaram de 318 milhões de toneladas para 255 milhões de toneladas.

As vendas externas de pelotas somaram 1,599 milhão t em novembro de 2019. No acumulado até novembro do último ano, as exportações caíram de 31,638 milhões de toneladas, em 2018, para 21,899 milhões de toneladas nos onze meses iniciais de 2019. Já as vendas de minério de ferro no mercado nacional caíram de 2,548 milhões de toneladas em novembro de 2018 para 1,906 milhão de toneladas em novembro de 2019. No acumulado, a queda foi de 26,277 milhões de toneladas, em 2018, para 23,264 milhões de toneladas entre janeiro e novembro do ano passado.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 16/01/2020



CONSUMO DE ALUMÍNIO RECUPERA NÍVEL DE 2014

O consumo aparente de alumínio deve retornar aos níveis pré-crise. A expectativa é do presidente da Associação Brasileira de Alumínio (Abal), Milton Rego, que estima um crescimento de 5% no mercado brasileiro, chegando a 1,6 milhão de toneladas. Em 2014, o consumo foi de cerca de 1,5 milhão de toneladas.

“2020 tem todos os ingredientes para ser um bom ano. Esse crescimento será puxado pela indústria de embalagem, transporte e a construção civil, que desde o último trimestre de 2019 vem retomando a

atividade”, disse o presidente da Abal, Milton Rego. Para o dirigente, desse consumo apenas 800 mil toneladas deverão ser produzidas no país. “Estacionamos na produção. Estamos usando a capacidade total das usinas instaladas no Brasil. Finalmente vamos ter o ritmo de utilização da capacidade de sete anos atrás. Mostra uma retomada”, disse o dirigente.

Segundo Rego, apenas 300 mil toneladas de alumínio primário podem retornar ao sistema brasileiro. Mas, isso dependerá de condições melhores de competitividade, principalmente no preço da energia. “Em 2014, produzimos 1,7 milhão de toneladas de alumínio primário. De lá pra cá, perdemos mais de 800 mil toneladas, com o fechamento dos altos-fornos em função do preço alto da energia. Desses, somente os ‘smelters’ da Alcoa em São Luis, no Maranhão, podem retomar a operação, mas isso está longe de acontecer”, disse Rego.

Segundo ele, caso o Brasil tivesse preços mais competitivos da energia elétrica, o país poderia ser autossuficiente na produção de alumínio primário, reduzindo a importação. “O reciclado chega 500 mil toneladas por ano, mais as 800 mil toneladas produzidas somadas às 300 mil que estão paradas, teríamos o volume do consumo aparente para este ano, de 1,6 milhão de toneladas.” Rego ressaltou, ainda, que a Abal encomendou um estudo à Fundação Getúlio Vargas (FGV) para mostrar como a indústria nacional do alumínio é exposta no mercado mundial.

“Qual a nossa competitividade no mundo. Vamos apresentar esse levantamento ao governo, pois, estamos trabalhando em conjunto para a abertura comercial e como isso pode acontecer no Brasil. Esse estudo é fundamental para mostrar que temos que ter ajustes nas políticas econômicas para reduzir assimetrias”, afirmou o dirigente. Esse levantamento será apresentado ao governo ainda em janeiro, segundo o presidente da Abal.

Fonte: Valor Econômico

Autora: Ana Paula Machado

Data: 20/01/2020

O TEMPO **ESTRATÉGIA DO AÇO**

A ArcelorMittal entrou de vez no mercado de venda direta ao consumidor ao abrir, nos últimos meses, nove lojas-conceito e outras 23 em parceria com empreendedores. A perspectiva é que o número total de pontos de vendas da gigante do aço chegue a cem até o fim de 2021.

Em Belo Horizonte, a companhia tem um ponto de venda no centro de distribuição dela, no bairro Olhos D’Água e inaugura, em março, uma loja própria da marca no Barreiro.

Loja virtual

Além das unidades físicas, a ArcelorMittal lançou a primeira loja virtual de venda de aço diretamente do fabricante do Brasil (loja.arcelormittal.com.br), voltada para o consumidor final. A intenção é avançar no varejo, garantindo preços competitivos para os mais de 200 produtos e soluções do seu portfólio. A companhia também está fazendo parcerias com depósitos e lojas de materiais de construção para que eles vendam todo o mix de produtos e soluções em aço para a construção civil, setor responsável por cerca de um terço de todo o aço consumido do país.

Resultados

Em Minas Gerais, a ArcelorMittal tem duas jazidas na região Central – a mina do Andrade e a mina de Serra Azul – além das usinas em João Monlevade, Juiz de Fora e Sabará. No Brasil, ela também tem unidades industriais de produção de aço no Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. No

total, são em torno de 17 mil funcionários no país. Em 2018, a produção de aço da empresa no Brasil foi de 11,6 milhões de toneladas.

Os dados consolidados de 2019 serão divulgados ainda no primeiro trimestre deste ano.

Fonte: O Tempo

Data: 20/01/2020



COBRE

Ero Copper produz 39% a mais em 2019

A Ero Copper informa que a produção no Vale do Curaçá, na Bahia, atingiu 42,318 mil toneladas de cobre em 2019, 39% a mais que as 30,426 mil toneladas produzidas no ano anterior, excedendo significativamente a orientação original de produção para 2019 de 36.000 a 38.000 toneladas de cobre. Já a produção anual de ouro e prata na Mina NX Gold somou 30,434 mil onças de ouro e 19,641 mil onças de prata em 2019.

A expectativa para este ano é de que a produção de cobre fique entre 41.000 e 43.000 toneladas. A Ero Copper investirá US\$ 28 milhões adicionais no Vale do Curaçá para desenvolver o programa de exploração em 2020. O guidance da Mina NX Gold para este ano deve ficar entre 38.000 a 40.000 onças de ouro e investimentos de US\$ 6 milhões mais US\$ 3,5 milhões nas despesas de exploração em andamento.

O presidente e CEO da companhia, David Strang, comenta: "Nossa estratégia de negócios continua focada em alcançar o crescimento da produção orgânica em curto prazo, enquanto aumenta o longo prazo para produção no Vale de Curaçá através de exploração e descobertas agressivas. No momento em que olhamos para o crescimento da Ero nos últimos dois anos, gostaria de reconhecer o trabalho em toda a organização que contribuiu para mais um ano de recorde. Os destaques de 2019 incluem aumentos significativos ano a ano em toneladas mineradas e processadas, qualidades de cobre e recuperações metalúrgicas, as quais contribuíram para um aumento de 39% no cobre produzido em comparação com 2018".

Fonte: Brasil Mineral

Data: 16/01/2020



ERO COPPER SUPERA FAIXA DE META NA PRODUÇÃO DE COBRE NO VALE DO CURAÇÁ, NA BAHIA

A Ero Copper anunciou nesta quarta-feira (15) que suas operações no Vale do Curaçá, na Bahia, produziram 42.318 toneladas de cobre em 2019, o que representa crescimento de 39% em comparação com as 30.426 toneladas produzidas no ano anterior. O volume também superou a faixa de meta original para o ano, que era de 36.000 a 38.000 toneladas de cobre.

Além das operações na Bahia, onde a empresa possui as minas de Vermelhos e Pilar, a Ero Copper informou também que na mina de ouro NX, no Mato Grosso, foram produzidas 30.434 onças de ouro e 19.641 onças de prata.

Segundo a Ero Copper, para 2020, tanto a faixa de meta para o Vale do Curaçá quanto para NX foram aumentadas.

No caso da operação na Bahia, a previsão é de produção de 41.000 a 43.000 toneladas de cobre concentrado. faixa de meta para o custo caixa C1 de US\$ 0,85 a US\$ 0,95 por libra de cobre produzido e faixa de meta para despesas de capital de US\$ 74 milhões.

Além disto, estão previstos US\$ 28 milhões para financiar programa de exploração de 2020 destacado por 172.000 metros de sondagem planejada até setembro. A empresa ressalta que estão incluídos "testes de sondagem de novas metas greenfield identificadas durante a pesquisa geofísica na aérea". "Isso se compara a aproximadamente 235.000 metros sondados em 2019, dos quais apenas 23% foram alocados à exploração regional", afirmou a companhia em comunicado. Já para a mina do Mato Grosso, a empresa estima produzir em 2020 de 38.000 a 40.000 onças de ouro ao custo C1 de US\$ 475 a US\$ 575 por onça de ouro produzido. A faixa de meta anual de investimentos para a mina NX é de US\$ 6 milhões mais US\$ 3,5 milhões nas despesas de exploração em andamento.

Segundo o presidente e diretor-executivo da Ero Copper, David Strang, a estratégia da empresa "continua focada em alcançar o crescimento da produção orgânica no curto prazo". "Os destaques de 2019 incluem aumentos anuais significativos em toneladas de mineração e processamento, qualidades de cobre e recuperações metalúrgicas, as quais contribuíram para um aumento de 39% no cobre produzido quando comparado a 2018", observou.

"No Vale do Curaçá, esperamos outro ano operacional forte com teores acima de 2,00% de cobre, resultando em custos de caixa C1 muito abaixo de US\$ 1,00 por libra de cobre produzido. Além disso, estamos executando nossos planos de melhoria, incluindo a conclusão da instalação do moinho HIG e o comissionamento da planta de triagem de minério recentemente instalada", acrescentou Strang.

Sobre a NX, o executivo ressaltou que a operação enfrentou "ventos contrários durante o segundo semestre" com a transição da mineração das veias Brás e Buracão para a nova veia Santo Antonio. "Embora a mina tenha realizado uma produção menor no quarto trimestre do que o planejado anteriormente, níveis de produção normalizados superiores a 3.000 onças por mês foram alcançados em dezembro. Sublinhando essa conquista, esperamos que a produção de 2020 totalize quase 40.000 onças de ouro a um custo C1 em dinheiro entre US\$ 475 e US\$ 575 por onça de ouro produzido", concluiu.

Fonte: Notícias de Mineração

Autor: Marcelo Portela

Data: 15/01/2020



MINA SANTA RITA RETOMA OPERAÇÕES

A Atlantic Nickel (antiga Mirabela) promoveu evento que marcou oficialmente a retomada de operações da Mina Santa Rita, localizada no município de Itagibá (BA). A extração e a produção do níquel sulfetado estavam paralisadas desde abril de 2016. A celebração, que ocorreu na última terça-feira (14/1), contou com a participação do diretor de Relações com Associados e Municípios Mineradores do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), Alexandre Mello.

Para ele, este é um belo exemplo de um projeto economicamente viável e sócio e ambientalmente responsável. Além disso, esta retomada leva otimismo à economia regional, em especial para os municípios de Itagibá e Ipiáu. "Essa atividade vai proporcionar para os moradores daquela região uma maior perspectiva de geração de renda e, consequentemente, maior qualidade de vida", analisa.

A mineradora foi adquirida pelo fundo de investimentos Appian Brazil em agosto de 2018 e, desde então, passou por um processo de manutenção e reforma de suas estruturas para que pudesse voltar a operar. As obras duraram cerca de um ano em um esforço concentrado que permitiu a retomada das atividades antes do prazo estipulado. As operações foram retomadas em outubro do ano passado. A empresa planeja atingir a capacidade nominal de produção de cerca de 120 mil toneladas até dezembro de 2020.

Primeira venda de concentrados de níquel

O embarque, de 10.000 toneladas, está programado para acontecer até 25 de janeiro, conforme disponibilidade no porto de Ilhéus. A venda do minério foi acertada com a Trafigura, considerada uma das maiores tradings de metais do mundo. Pelo contrato firmado, parte da produção anual da Atlantic Nickel será destinada para a trading em um acordo de longo prazo. Adicionalmente, a Trafigura irá oferecer um financiamento de US\$ 40,8 milhões de dólares para a empresa. Dessa forma, a Atlantic Nickel garante os recursos necessários para alavancar suas operações na mina de Santa Rita.

Fonte: Portal da Mineração

Data: 16/01/2020



OURO

Yamana com produção em alta

A Yamana Gold produziu 256,288 mil onças de ouro equivalente no 4º trimestre de 2019, o que inclui 221,595 mil onças de ouro e 2,967 milhão de onças de prata no período.

A produção preliminar anual chegou a 1,02 milhão de onças de ouro equivalente, com 900.339 onças de ouro e 10,6 milhões de onças de prata. O guidance de 2020 é de 1,01 milhão de onças de ouro equivalente, 899 onças de ouro e 10,000 onças de prata.

A mina de Jacobina registrou recorde trimestral de 41.774 onças de ouro e um recorde ainda maior de produção anual de 159.499 onças, bem acima da orientação revisada de 152.000 onças definida em junho de 2019 e da orientação original de 145.000 onças.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 16/01/2020



ALTAMIRA RECEBE GUIA DE UTILIZAÇÃO PARA PROJETO DE OURO CAJUEIRO, NO MATO GROSSO

A Altamira Gold informou nesta sexta-feira (17) que recebeu uma Guia de Utilização (GU) para seu projeto de Ouro Cajueiro, no Mato Grosso. A GU, válida por 36 meses, autoriza o processamento de até 50.000 toneladas por ano na parte sul do depósito de Crente.

Em outubro do ano passado, a empresa já havia recebido Licença de Operação para Pesquisa Mineral (LOPM), também válida por três anos, que permite a ela e sua parceira no projeto, a FMS Investimentos e Participações, a construção de uma planta de processamento de 1.000 toneladas/dia.

A companhia ressaltou que, agora, está em busca do licenciamento para "três blocos adicionais de direitos que cobririam os recursos na parte norte do depósito de Crente, bem como os depósitos de Baldo, Matrincha e Marines", todos também em Cajueiro.

"Estão em andamento atividades de licenciamento adicionais para os três blocos diretamente ao norte do alvo de Crente. No entanto, essas não são necessárias para iniciar a construção ou produção da licença atual", salientou a Altamira em nota.

Também em outubro, a companhia divulgou a estimativa de recursos minerais NI 43-101 produzida pela Global Resource Engineering. Pelo relatório, os recursos de Cajueiro totalizam 5.661.000 toneladas a 1,02 g/t de ouro, para um total de 185.000 onças de ouro (indicado) e 12.665.000 toneladas a 1,26 g/t de ouro para um total de 515.000 oz de ouro (inferido). Os recursos estão confinados em uma área de aproximadamente 285 ha, enquanto a área total de concessão é de 28.559 ha.

O presidente e diretor-executivo da companhia, Michael Bennett, afirmou que a publicação da GU "é o culminar de uma enorme quantidade de esforço". Segundo ele, a construção da planta de processamento terá início ainda no primeiro trimestre de 2020.

Pelo acordo entre a Altamira e a FMS firmado em agosto do ano passado, esta segunda financiará exclusivamente a construção de uma planta de processamento de 1.000 toneladas por dia (atualmente estimada em US\$ 2,4 milhões) e será responsável pelo fornecimento da frota de superfície e pessoal de operação do projeto. Os custos de capital de pré-produção serão pagos de volta a 70% da receita líquida decorrente da operação, e a receita líquida restante será dividida entre as duas empresas, "resultando em Altamira recebendo 15% da receita líquida da operação até o retorno dos custos de construção e 50% depois disso", ainda de acordo com o comunicado. Todos os custos adicionais, incluindo os necessários para qualquer expansão, serão financiados de forma igualitária entre as duas.

Fonte: Notícias de Mineração

Autor: Marcelo Portela

Data: 17/01/2020



NEXA ATINGE META DE PRODUÇÃO DE 2019 E ANUNCIA INVESTIMENTOS PARA 2020

Empresa é uma das cinco maiores mineradoras de zinco do mundo e deverá investir US\$ 410 milhões neste ano em suas operações no Brasil e no Peru

A Nexa Resources, uma das cinco maiores mineradoras de zinco do mundo, anuncia que atingiu as expectativas de produção e venda de metais do ano de 2019, em linha com as projeções divulgadas pela empresa ao longo do ano. Foram produzidas 361 mil toneladas de zinco, 38 mil toneladas de cobre, 51 mil toneladas de chumbo, 8,9 milhões de onças de prata e 25 mil onças de ouro.

Para 2020, a estimativa de produção de zinco, seu principal produto, é alcançar volumes semelhantes a 2019. Nos anos seguintes, os volumes de zinco devem apresentar crescimento, sendo 4% em 2021, quando o projeto Aripuanã (MT) deverá entrar em operação, e 7% em 2022. No ano, as vendas de metal (zinco metálico e óxido de zinco) alcançaram 621 mil toneladas, um incremento de 1% sobre 2018.

“2019 foi um ano desafiador, em razão do cenário macroeconômico internacional e da pressão de preços nas commodities. Diante disso, fizemos uma extensa revisão de nossos processos internos, priorizamos investimentos em iniciativas para ampliar a eficiência de nossas operações e gerar melhores retornos.

Para 2020, vamos trabalhar para melhorar nossa performance operacional, buscando compensar fatores de mercado, como preços de metal mais baixos, de forma a entregarmos melhores resultados. A Nexa tem uma posição diferenciada na América Latina, com operações sólidas e um robusto portfólio de projetos e, por isso, mantivemos nossa estratégia de crescimento com competitividade”, declara Tito Martins, CEO da companhia.

Para 2020, os investimentos em CAPEX deve alcançar US\$ 410 milhões, cujo destaque é o projeto Aripuanã. Em plena fase de execução, o projeto Aripuanã – que produzirá zinco, chumbo e cobre – deverá receber investimentos de US\$ 220 milhões neste ano. Adicionalmente ao valor de CAPEX, serão investidos US\$ 94 milhões nas áreas de tecnologia, social, exploração mineral e desenvolvimento de futuros projetos.

Os resultados financeiros da Nexa do quarto trimestre, bem como do ano de 2019, serão divulgados no dia 13 de fevereiro, após o fechamento do mercado.

Sobre a Nexa

A Nexa Resources é uma das cinco maiores mineradoras de zinco do mundo, além de produzir cobre e chumbo. Atua há mais de 60 anos nos segmentos de mineração e metalurgia, com operações localizadas no Peru e no Brasil e escritórios comerciais em Luxemburgo, Estados Unidos e China, fornecendo seus produtos para todos os continentes do mundo. Seus empregados atuam focados na construção da mineração do futuro, cada vez mais sustentável, inovadora e com as melhores práticas de segurança e respeito às pessoas e ao meio ambiente.

Desde 2017, suas ações são negociadas nas Bolsas de Valores de Nova York e Toronto, sendo seu acionista majoritário a Votorantim S.A.

Fonte: Portal da Mineração

Data: 20/01/2020



MME INOVA AO LANÇAR PRIMEIRO BOLETIM DO SETOR MINERAL

A Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (SGM/MME) lançou o primeiro “Boletim do Setor Mineral”, que será atualizado trimestralmente. O exemplar foi apresentado hoje, 16, ao Presidente Jair Bolsonaro, no Palácio do Planalto.

Segundo os dados apresentados na publicação, no acumulado janeiro/outubro de 2019, a balança comercial brasileira registrou superávit da ordem de US\$ 34,9 bilhões, sendo que a mineração contribuiu com 19,3 bilhões. Os principais minerais extraídos e mais exportados no Brasil são ferro (83%), cobre (8%) e rochas ornamentais (4%) e os mais importados são potássio (42%), carvão metalúrgico (37%) e cobre (8%).

No período, a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) foi de aproximadamente R\$ 3,8 bilhões, um aumento de 54,1% na arrecadação, em decorrência da cotação do minério de ferro e de pagamentos referentes ao ano anterior.

Segundo dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), dos 202.240 processos minerários ativos no seu banco de dados (SIGMINE), 42,3% tinham título de autorização de pesquisa e 5,5% de portaria de lavra, destacando-se, ainda, 9,1% com requerimento de lavra solicitado pelo minerador.

Os demais processos estavam tramitando em fases distintas como de registro de extração, licenciamento, lavra garimpeira, registro de extração e disponibilidade, além de requerimentos de pesquisa e de lavra garimpeira.

No informativo, o leitor poderá encontrar alguns dados relevantes sobre a economia mineral do País, desde a pesquisa geológica, passando pela extração até a indústria, preços de commodities, segurança de barragens, enfim, um conjunto de informações de relevância que a Secretaria está tornando mais acessível ao público.

A primeira edição do Boletim, contou com o apoio do Serviço Geológico do Brasil - CPRM e está prevista ampla distribuição ao público em geral. Além da versão impressa, o informativo pode ser acessado também pelo site.

Acesse o Boletim clicando aqui.

Fonte: Ministério de Minas e Energia

Data: 17/01/2020



FISCALIZAÇÃO SE INTENSIFICOU UM ANO APÓS BRUMADINHO, DIZ ANM

Estruturação da agência reguladora ainda é alvo a ser alcançado

Após um ano do rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), a Agência Nacional de Mineração (ANM) avalia que os processos de fiscalização e a criação de leis para o setor de mineração se intensificaram, mas o objetivo de estruturação da agência ainda é um alvo a ser alcançado. A autarquia federal foi criada pela Lei 13.575, de 26 de dezembro de 2017.

“Mesmo com poucos recursos, a mais nova agência reguladora conseguiu dar o pontapé inicial para as modernizações do setor mineral, principalmente no quesito segurança de barragens”, diz a nota da ANM com balanço de um ano do rompimento da barragem, em que mais de 250 pessoas morreram.

No dia do rompimento, em 25 de janeiro de 2019, a ANM contava com oito técnicos para fiscalizar 816 barragens de mineração. Atualmente, 13 técnicos estão em dedicação exclusiva.

O quadro técnico maior permitiu, segundo a ANM, que 274 barragens passassem por vistoria ao longo de 2019, das quais 51% das estruturas foram inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB).

O sistema da ANM que monitora as barragens de mineração gerou um total de 1116 autos de infração em 2019. A infração mais recorrente foi a de não atualização do extrato de inspeção regular em 30 dias, seguida pela de não acionamento do plano de ação de emergência para barragens de mineração em nível de emergência 1.

Em 2019, a ANM fez 55 interdições de barragens. Atualmente, 41 barragens estão interditadas, sendo 22 em Minas Gerais. A agência informa ainda que com R\$ 6,2 milhões recebidos do governo federal, após ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal de Minas Gerais, foram adquiridos 20 carros para fiscalização e equipamentos.

A ANM também já orçou passagens para o deslocamento dos fiscais. Pela ação civil pública, a agência receberá, ao todo, R\$ 42,7 milhões da União. A ANM também contratou uma consultoria externa de fiscalização. “A empresa é estrangeira, com experiência internacional em barragens de mineração e sem qualquer vínculo com as barragens que serão vistoriadas e poderá auxiliar os fiscais da ANM por 24 meses”, explica a autarquia.

Em seu documento, a ANM também destacou a publicação da resolução nº 4, que proíbe a construção ou alteamento de barragens de mineração denominado a montante em todo o território nacional, e da nº 13, que determina prorrogações dos prazos para descaracterização de barragens a montante.

A resolução nº 13 também determina que quem assina a declaração de condição de estabilidade junto com o responsável técnico é a pessoa física de maior autoridade na hierarquia da empresa, como o presidente de uma companhia. Antes, poderia ser qualquer representante legal da empresa.

Fonte: Valor Econômico

Autora: Raquel Brandão

Data: 21/01/2020

EXAME

CAIXA-PRETA, CONLUIO E PRESSÃO: A DENÚNCIA CONTRA A VALE E SEU EX-CEO

O Ministério Público apresentou ontem denúncia contra Vale, TÜV SÜD e 16 funcionários e executivos, dentre eles o ex-CEO da mineradora, Fabio Schvartsman

O Ministério Público de Minas Gerais apresentou ontem denúncia contra a mineradora Vale, a consultoria alemã TÜV SÜD e 16 funcionários e executivos das duas empresas por conta do desabamento da barragem 1 do Córrego do Feijão em Brumadinho, Minas Gerais. A estrutura ruiu em 25 de janeiro de 2019 e deixou 270 mortos. Funcionários e executivos foram denunciados por homicídio doloso duplamente qualificado e por diversos crimes ambientais. Dentre eles está o ex-presidente da companhia, Fabio Schvartsman. De acordo com a denúncia, a Vale ocultava informações sobre a segurança de suas barragens de forma sistemática. Em 2018 a companhia já tinha uma lista de dez barragens em situação crítica, que incluía a barragem que ruiu. A lista era de conhecimento interno, mas não foi divulgada à sociedade. “Funcionários da Vale usaram a empresa para promover uma gestão de risco opaca. Havia uma caixa-preta na companhia”, afirmou William Garcia Pinto Coelho, promotor do MPMG e coordenador do núcleo criminal da força-tarefa que denunciou a empresa.

As investigações apontam ainda que a mineradora pressionava empresas de auditoria externa, com mecanismos de retaliação e recompensa, com o objetivo de ocultar eventuais problemas em suas barragens. Segundo os investigadores, a companhia alemã TÜV SÜD entrou em “conluio” com a mineradora e passou a emitir Declarações de Condição de Estabilidade (DCEs) falsas.

Outro ponto levantado nas investigações foi o ambiente hostil a denúncias internas sobre problemas nas operações da companhia. De acordo com a denúncia, o ex-CEO da Vale Fabio Schvartsman recebeu um e-mail com uma denúncia anônima sobre a situação da barragem em Brumadinho. A reação do executivo, segundo os investigadores, foi deixar claro que denúncias como aquela não deveriam ocorrer.

Veja a seguir três pontos principais da denúncia:

Ocultação de informações

A equipe do MP informou ter encontrado provas de que os investigados ocultavam informações. Um dos meios usados para isso, segundo os investigadores, era um programa computacional, o GRG, sigla para Gestão de Risco Geotécnico, que armazenava informações sobre as estruturas da mineradora.

Nele, a companhia calculava os riscos de eventuais acidentes em suas barragens conforme o custo e a probabilidade de ocorrência. Na parte dos custos, cada morte era considerada como um custo de cerca de 8 milhões de reais. Os cálculos eram detalhados, e incluíam, por exemplo, os custos de aparelhos domésticos para famílias de diversas classes. Um aspirador de pó de uma família de classe A era cotado em 300 reais. De classe C, em 80 reais.

A partir de informações deste sistema, criou-se um “ranking” das 10 estruturas com maior risco para a empresa. Eram barragens cuja probabilidade de falha estava acima do limite aceitável. A barragem que ruiu em Brumadinho estava em oitavo lugar.

A situação dessas barragens foi discutida em junho de 2018, em evento com especialistas externos e técnicos da Vale. Ainda assim, no mesmo mês, a Barragem 1 de Brumadinho teve sua declaração de estabilidade emitida pela TÜV SÜD. De acordo com o MP, a companhia não alertou o poder público sobre a situação dessas estruturas.

De acordo com o Ministério Público Estadual, a Vale estabeleceu uma ditadura corporativa. “A mineradora impôs à sociedade e ao Poder Público suas decisões e ocultava informações. A Vale decidiu sobre o risco que a sociedade deveria correr”, acrescentou Coelho.

Relação com a TÜV SÜD

De acordo com a investigação, a relação entre Vale e TÜV SÜD era permeada por recompensas e conflito de interesses.

“Temos provas de mecanismos de pressão sobre empresas de auditoria externa, com retaliação e recompensa. Quem não aceitava entrar no conluio e demonstrava discordância era afastado dos contratos”, diz o promotor.

A denúncia concluiu que a TÜV SÜD optou por entrar no conluio. Assim, passou a oferecer não apenas auditoria externa mas também um serviço de consultoria interna à Vale. Passou a adotar protagonismo na gestão técnica da barragem 1 em Brumadinho, “em relação contraditória à independência de uma auditoria externa”, destaca Coelho.

A empresa alemã recebia mais pela consultoria interna do que pela auditoria externa — em um contrato para uma barragem eram 3 milhões de reais pela auditoria externa e 15 milhões pela consultoria interna, segundo os investigadores.

Segundo eles, foram emitidos documentos falsos que serviam de escudo para que as atividades da Vale continuassem. As Declarações de Condição de Estabilidade (DCE) faziam parte de um “plano maior”, com o objetivo de evitar impactos reputacionais negativos à Vale, “que pudessem afetar seu valor de mercado.”

Clima de pressão e o ex-CEO

A denúncia do Ministério Público mostra que o ex-CEO da Vale, Fabio Schvartsman, sabia das condições da barragem que colapsou em Brumadinho.

O promotor do MP afirmou que o executivo “conhecia seu negócio minerário, que tem riscos, a situação da barragem de Fundão [da Samarco], mas mesmo assim fez do lema ‘Mariana nunca mais’ algo panfletário, não adotou medidas concretas”, acusou.

Segundo o MP, em um e-mail de 9 de janeiro do ano passado, um representante anônimo cita “expressos problemas de segurança que poderiam gerar riscos” na estrutura do complexo de Feijão e diz que medidas urgentes deveriam ser tomadas. “[Ao optar por uma denúncia anônima], ele [autor do e-mail] denota um ambiente hostil a denunciantes de boa fé”, diz Coelho.

“Ao receber esse e-mail, Schvartsman disse que aquele cancro [no caso, o denunciante] deveria ser retirado da corporação”. O promotor detalha ainda que, após a denúncia, iniciou-se na companhia uma busca por identificar o autor da mensagem. “Foi um recado de que, em sua gestão, problemas não deveriam chegar à alta cúpula”, disse o promotor.

Ainda de acordo com o Ministério Público, Schvartsman disse à investigação que recebeu do conselho de administração da Vale o objetivo de chegar à liderança mundial em valor de mercado em seu segmento em um curto prazo e que um fator importante para isso era garantir a reputação da companhia.

Ainda de acordo com a investigação, o executivo criou incentivos corporativos a fim de atingir esse objetivo. Em fevereiro de 2019, EXAME noticiou que, na época, 10% da remuneração dos diretores estava associada a metas de saúde e segurança, 10% a metas de sustentabilidade e 20% a metas de “iniciativas estratégicas”. Os outros 60% estavam associados a metas econômico-financeiras alinhadas ao pagamento de dividendos.

O que dizem as empresas e o executivo

Em nota, a TÜV SÜD informou que as causas do desastre “ainda não foram esclarecidas de forma conclusiva” e que a empresa “reitera seu compromisso em ver os fatos sobre o rompimento da barragem esclarecidos”. A consultoria acrescenta que continua “oferecendo cooperação às autoridades e instituições no Brasil e na Alemanha no contexto das investigações em andamento”.

Veja a nota da Vale na íntegra:

“A Vale informa que tomou conhecimento nesta data, 21 de janeiro de 2020, do oferecimento de denúncia pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) com relação ao rompimento da Barragem I, na Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG).

Sem prejuízo de se manifestar formalmente após analisar o inteiro teor da denúncia, a Vale desde logo expressa sua perplexidade ante as acusações de dolo. Importante lembrar que outros órgãos também investigam o caso, sendo prematuro apontar assunção de risco consciente para provocar uma deliberada ruptura da barragem.

A Vale confia no completo esclarecimento das causas da ruptura e reafirma seu compromisso de continuar contribuindo com as autoridades.”

Confira a nota da defesa de Fabio Schvartsman, na íntegra:

“Fabio Schvartsman assumiu a presidência da Vale em maio de 2017, e desde então tomou diversas medidas para reforçar a segurança em barragens e ampliar consideravelmente os recursos destinados à área. Participou de inúmeras reuniões com a diretoria e o Conselho de Administração sobre barragens e sempre recebeu relatos técnicos e informações, lastreados por empresas de renome internacional, sobre a segurança das estruturas.

Quando do rompimento da barragem, ciente da gravidade dos fatos, tomou medidas imediatas para assistir às vítimas e suas famílias, além de determinar abertura de rigorosa investigação para esclarecer o ocorrido.

Denunciar Fabio por homicídio doloso é açodado e injusto. Açodado porque as investigações não estão finalizadas. A Polícia Federal já declarou que os laudos definitivos sobre as causas do acidente ficarão prontos em junho. Injusto porque desconsidera todos documentos apresentados às autoridades, que revelam a ausência de comunicação de quaisquer problemas em Brumadinho à presidência da Vale.

Se houve negligência de alguém, os responsáveis devem responder por seus atos. Mas é injusta e lamentável a tentativa de punir quem, desde a primeira hora, cumpriu com seu dever e esteve ao lado das autoridades para investigar o ocorrido e reparar os danos.”

Fonte: Exame

Autora: Mariana Desidério

Data: 22/01/2020



50º CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA

O 50º Congresso Brasileiro de Geologia (50º CBG) será realizado de 11 a 15 de outubro de 2020, no Ulysses Centro de Convenções, em Brasília, com o tema “Geologia e Sociedade: Construindo pontes para um planeta sustentável”. O objetivo é integrar profissionais, empresas, sociedade, academia, e estudantes, mediante a realização de palestras, sessões técnicas, incluindo painéis, discussões, cursos e exposições.

A 50ª edição do congresso se dará 50 anos depois do primeiro realizado na Capital Federal, em 1970. O congresso foi uma vitrine extremamente interessante do que então se conhecia da Geologia da Região Centro-Oeste, a partir dos trabalhos de cartografia geológica desenvolvidos pelo DNPM na década de 1960. No entanto, o universo do ensino, pesquisa e extensão se ampliou, juntando-se aos pioneiros novos núcleos de pesquisa e novos cursos de Geologia, Engenharia de Minas e outros em áreas afins nas universidades federais de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Goiás e em diversos institutos federais recentemente instalados na região. A eles se soma o Curso de Geofísica, criado há 10 anos na UnB. Há, portanto, muita coisa para mostrar e discutir, a que certamente serão adicionadas as informações e novidades alcançadas em anos recentes no restante do País.

O sucesso deste importante evento técnico-científico se dará com a participação de geólogos e geofísicos de todo Brasil, tornando a Capital Federal também a capital nacional das Geociências em 2020. Serão 19 sessões temáticas abrangendo grandes temas em Geociências. Mantendo a tradição dos últimos eventos promovidos pela SBG e de forma paralela ao congresso, será realizada a feira EXPOGEO 2020. A feira tem o objetivo de expor o que há de mais moderno quanto a produtos e serviços voltados ao segmento de geologia e do conhecimento geológico e áreas correlacionadas. E a oportunidade para que expositores nacionais e internacionais de alto nível possam apresentar seus produtos aos mais de 4.000 participantes esperados para o 50º CBG.

Dessa forma, a Comissão Organizadora do 50º CBG convida todos os profissionais vinculados à ADIMB a fazerem parte desse evento enviando os resumos das pesquisas desenvolvidas nas empresas ou em seus grupos de pesquisas até o dia 11/03/2020. As inscrições já estão abertas e com desconto de 25% em todas categorias até o dia 11/02/2020. É possível propor temas de minicursos e as sugestões podem ser encaminhadas até o dia 13/03/2020 pelo site oficial do evento.

inscrições abertas!



11 A 15 DE OUTUBRO 2020

ULYSSES CENTRO DE CONVENÇÕES
BRASÍLIA - DF

50cbg.com

Para maiores informações, consulte o endereço oficial do evento 50cbg.com ou receba as últimas novidades também pelo [instagram.com/50cbg](https://www.instagram.com/50cbg).

Fonte: Comissão Organizadora do 50º CBG

Data: 20/01/2020